

NACIONALISMO E HIBRIDISMOS IDENTITÁRIOS NO ROMANCE HISTÓRICO *MULHERES DE CINZAS, DE MIA COUTO*

Adriano Carlos Moura*

Recebido em 28/08/2018; aceito em 09/10/2018.

Resumo: *Mulheres de Cinzas* (2015), primeiro livro da trilogia histórica *Areias do Imperador*, de Mia Couto, é um romance narrado sob a perspectiva de uma jovem moçambicana e de um soldado português alternadamente. Trata-se de romance histórico sobre o período em que o sul de Moçambique era governado por Ngungunyane, último imperador do Estado de Gaza que, no final do século XIX, ameaçava o domínio colonial. Este artigo tem a finalidade de investigar o papel da língua como construção da identidade individual e coletiva numa sociedade em conflito entre colonizados e colonizadores, e a hibridez entre ambos como marca da experiência colonial. Parte-se, inicialmente, dos estudos históricos de Erick Hobsbawm sobre nação, língua e nacionalismo, a partir de 1780, para compreender como a maioria dos países ocidentais construiu esses conceitos. Em seguida, o romance é analisado como narrativa performativa sobre a nação, considerando seu contexto de produção (Moçambique pós-colonial), entendendo o termo “performativo” na acepção concebida por Homi Bhabha e suas reflexões sobre identidade. Nessa perspectiva, a língua é percebida não como um elemento de comunicação apenas, mas também de conflito no espaço lusófono.

Palavras-chave: Literatura Moçambicana; Lusofonia; Pós-colonialismo.

Introdução

A língua portuguesa é falada oficialmente em nove países: Portugal, Brasil, Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Timor Leste, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde. É o quinto idioma mais falado no mundo. Moçambique foi colonizado por portugueses desde 1505, depois anexado ao império luso. O domínio se estendeu até 1975 quando, depois da independência, tornou-se a República Popular de Moçambique. O português permaneceu como língua oficial do país, porém não a única falada. É a segunda língua da nação, onde também se falam as línguas nativas macua, tsonga, sena, dentre outras.

Em várias civilizações e períodos da história, os conceitos de nação e identidade estiveram intimamente ligados ao de língua e é a partir dessa perspectiva que será analisado o romance histórico *As areias do imperador: Mulheres de Cinzas* (2015). No caso do romance do escritor moçambicano Mia Couto não se trata apenas de uma narrativa histórica, mas também de uma

* Professor de Literatura Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa do IFFluminense.

reflexão sobre o papel da língua como elemento essencial para a construção da ideia de nação e da identidade do sujeito, tornando-se, por isso, um dos temas centrais da obra, que não cede ao historicismo dos documentos oficiais sobre a condição de Moçambique no período abordado, ou seja, final do século XIX.

O livro é o primeiro de uma trilogia histórica escrita pelo moçambicano sobre a época em que o Sul de Moçambique era governado por Ngungunyane, o último dos líderes do Estado de Gaza. A história é narrada alternadamente por Imani, jovem nativa que aprendeu português, pertencente à tribo dos VaChopi; e por Germano, sargento português enviado ao vilarejo de Nkokolani para lutar contra o imperador africano que ameaçava a colonização portuguesa.

Os conflitos dos quais os personagens são protagonistas têm origem não apenas na luta dos dois povos pelo domínio do mesmo território, mas também pelo papel que a língua falada por ambos exerce num processo de dominação e exclusão que transcende os limites da conquista meramente territorial, abalando e revelando duas identidades em processo de hibridização.

O conceito de lusofonia é problematizado uma vez que o fato de haver diferentes nações falando português como língua oficial não significa a existência de uma convivência linguística harmônica, pois a referência de padronização da língua permanece sendo a metrópole, que ignora as peculiaridades de cada nação à qual o idioma luso foi imposto e as apropriações e abrogações comuns ao uso que um povo pode fazer de uma língua estrangeira. A escolha de um romance histórico para refletir sobre as relações entre língua, nação e identidade neste estudo, ocorreu pelo fato de a literatura atuar, por vezes, como espelhamento da história, mesmo que, seguindo os passos de Aristóteles, entendamos que o historiador escreve sobre o que aconteceu, e o poeta sobre o que poderia ter acontecido. Mia Couto iniciou sua trilogia depois de uma longa pesquisa documental, mantendo, porém, sua escrita poética, conferindo a seu romance equilíbrio entre o historiográfico e o ficcional.

Inicialmente, realiza-se uma revisão histórica das relações entre os conceitos de língua e nação a partir dos estudos do historiador britânico Eric Hobsbawm, a fim de compreender como nações ocidentais os construíram. Em seguida, procede-se à análise do romance considerando os conflitos identitários dos personagens como resultado dos problemas suscitados pela utilização híbrida das línguas nativas de Moçambique e o português, a partir do caráter performativo de como a nação é narrada.

Língua e nação/nações

Na abertura do primeiro capítulo do romance *Mulheres de cinzas*, consta a seguinte epígrafe: “A estrada é uma espada. A sua lâmina rasga o corpo da terra. Não tarda que a nossa nação seja um emaranhado de cicatrizes, um mapa feito de tantos golpes que nos orgulharemos mais das feridas que do intacto corpo que ainda conseguirmos salvar”. (COUTO, 2015, p.11).

O vilarejo de Nkokolani era habitado pelos VaChopi, uma nação com sua língua, povo, cultura, religião. Nação ameaçada por dois invasores: o exército de Ngunguniane e o da coroa portuguesa, estando os VaChopi, em sua maioria, lutando ao lado desta última, mais por uma questão de sobrevivência do que por adesão política. O termo “nação” é empregado, neste parágrafo, para se referir especificamente ao povo ao qual pertencia a protagonista do romance, Imani. Mas, se cada vilarejo do território com suas características próprias podia ser concebido como nação, como se classificaria Moçambique? Uma nação resultado de um aglomerado de pequenas nações, cada qual com sua língua e cultura?

Para que se compreenda a pertinência da análise desenvolvida, e para uma tentativa de resposta a essas perguntas, convém convocar os estudos do historiador Eric Hobsbawm sobre nação e língua. Em *Nações e nacionalismo* (2013), o autor escreve que *O Dicionário da Real Academia Espanhola* não empregava as terminologias de Estado, Nação e Língua com as acepções utilizadas modernamente antes da edição de 1884. De acordo com essa edição, “aprendemos que *lengua nacional* é ‘a língua oficial e literária de um país e, à diferença de dialetos e línguas de outras nações, é a língua geralmente falada” (2013, p 27). O português é a língua oficial dos países colonizados por Portugal desde o final do século XV. À exceção do Brasil, onde as línguas nativas (indígenas) são faladas por algumas tribos que ainda preservam sua cultura; em países da África lusófona, o português é falado paralelamente a outras línguas nativas, sendo, porém, a utilizada pelos meios acadêmicos, literários e para a comunicação oficial.

Não se pode, no entanto, referir-se a uma literatura moçambicana impressa consolidada antes do século XX. As primeiras obras literárias publicadas em Moçambique datam do início desse século como *O livro da dor*, de João Albasini. O português era também a língua oficial para comunicação entre colonizador e colonizado com finalidades não estéticas como transações comerciais e operações militares.

O personagem Germano Melo, soldado português enviado a Moçambique como punição por sua postura política antimonárquica, comunica-se com seu superior, o conselheiro José D’Almeida por meio de cartas. É pela missiva que o oficial relata o que se passa em território moçambicano. Na quarta carta de Germano, ele narra a prisão de um comerciante português acusado de traição. No episódio, o cantineiro destaca a importância de falar a língua dos “pretos”:

Queria saber se os nossos negociadores se haviam alguma vez preocupado em aprender alguma dessas línguas. Que ele, Sardinha, falava o dialeto dos cafres porque a vida o tinha feito aprender. Que não era como os outros que estão em África há anos e não sabem uma palavra da língua deles (COUTO, 2015, p.102).

Para o personagem, essa era a vantagem que os ingleses, por exemplo, tinham sobre os portugueses no território, já que os britânicos sentavam ao lado do imperador “Gugunhame” falando com ele e seu povo em zulu. O português defende a utilização de tradutores como política de comunicação em África: “Falar e fazer falar português fazia parte da nossa missão civilizadora” (COUTO, 2015, p.103). Entretanto, o cantineiro considerava ingenuidade acreditar nos tradutores e advertia para o fato de que os portugueses ainda seriam mortos pelas armas que colocavam nas mãos dos cafres e a ordem seria dada em português, língua colocada na boca dos “pretos”.

Nessa carta, verifica-se o papel da língua como condição de sobrevivência em território estrangeiro e, no exemplo referido, também como elemento essencial para o estabelecimento de relações políticas e comerciais. No contexto do romance, expressar-se predominantemente noutra língua, que não a materna, significa traição à pátria, perder a identidade/nação de origem e passar a pertencer ao estrangeiro. Germano questiona o fato de o comerciante, sendo português, ter sido condenado ao fuzilamento por espionagem. Porém obtém a seguinte resposta do oficial Fragata: “— Esse é que é o ponto: o cantineiro já havia muito que não era um dos nossos. Na verdade, ele já era...como dizer?... ele já era um preto, um pouco mais pálido apenas. Era por isso que falava a língua dos cafres” (COUTO, 2015, p. 105).

Sardinha podia ser fuzilado, pois não era mais português e isso se evidenciava pelo fato de se expressar na língua dos cafres e não mais em sua língua materna, o que comprometia, de certo modo, sua identidade nacional na visão de seu superior.

Nos dicionários e enciclopédias pesquisados por Hobsbawm, nação é uma palavra que aparece com diferentes significados: “O agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” (HOBSBAWM, 2013, p. 28), definição na qual se enquadra a nação de Imani; “um

Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” (HOBSBAWM, 2013, p. 28). Essa definição não se aplica à realidade de Moçambique no século XIX, mas à portuguesa; “o território constituído por esse estado e seus habitantes, considerados como um todo” (HOBSBAWM, 2013, p. 28). Conclui-se que o Estado comum e supremo é central a essas definições nas nações europeias como Portugal e Espanha, por exemplo. Segundo o historiador, no Dicionário da Academia Espanhola, a versão final de nação é encontrada depois de 1925 como “a coletividade de pessoas que têm a mesma origem étnica e, em geral, falam a mesma língua e possuem uma tradição comum” (HOBSBAWM, 2013, p. 28). Os VaChopi poderiam ser considerados nação apenas a partir dessa definição.

Nação estava diretamente ligada à origem, nascimento. Pátria já significou apenas o lugar onde se nasce, sem uma relação direta com descendência. A partir de 1925, é que pátria se define como “nossa própria nação, com a soma total de coisas materiais e imateriais passadas e, presentes e futuras, que gozam de amável lealdade dos patriotas” (HOBSBAWM, 2013, p. 29).

Historicamente, o termo nação foi utilizado para identificar diferentes povos ou famílias de distintos grupos linguísticos, ainda que habitando um mesmo território ou Estado. Moçambique, no período narrado por Mia Couto, era um território com várias nações, sendo os VaChopi uma dessas muitas, se considerarmos, por exemplo, as diferenças linguísticas e as tradições dos povos que habitavam o país. Portanto, até o final do século XIX, o território que modernamente passou a ser chamado de Moçambique não se constituía como uma nação, para Portugal, se forem tomados como critérios, por exemplo, a unidade linguística e a concepção de Estado: “Por um momento pensei que não seria tão mau assim que me raptassem. E me levassem para onde um rei me escolhesse como esposa. Por fim, seria mulher. Enfim, seria mãe. E como rainha e como mãe teria poderes sobre os VaNguni. E traria a paz às nossas nações” (COUTO, 2015, p. 47).

VaNguni era a nação a qual pertencia o imperador Ngungunyane. O trecho acima reflete o desejo da personagem de unificar os povos divididos pela guerra. É importante observar que Imani utiliza o substantivo “nação” no plural. Cada uma possuía sua liderança política, seus códigos religiosos e linguísticos, suas tradições específicas.

Segundo Hobsbawm, o sentido moderno e político de nação é bastante recente. O historiador alude ao *New English Dictionary* que, em 1908, apresentava ao termo um significado ligado à unidade étnica “embora seu uso mais recente indicasse mais a noção de independência e unidade

política” (HOBSBAWM, 2013, p. 31). Acrescenta ainda que na era das revoluções, o conceito de nação estava ligado a algo uno e indivisível, “o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBSBAWM, 2013, p.31). Como nação, em sentido independente e “unificado”, somente a partir de 1975 é que Moçambique poderia ser assim considerada. Mesmo depois da independência política, o português permaneceu como língua oficial, convivendo ainda contemporaneamente com as línguas não oficiais e exercendo, de certo modo, função unificadora, já que apesar de imposta, era a língua falada pela maioria.

Ana Mafalda Leite, em *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas* (2012), chama a atenção para a impossibilidade de, depois do longo processo de colonização, pensar a cultura africana de forma nostálgica na tentativa de recuperação de uma África pré-colonial. A utilização do português como língua literária, por exemplo, era um fator irreversível. Escreve a pesquisadora: “É ainda um princípio nostálgico, idealista e essencialista pensar em termos estáticos na recuperação de uma mundivivência pré-colonial, não levando em conta as transformações sofridas nessas sociedades com o colonialismo, as independências e a modernização” (2012, p. 25).

O tempo da narrativa em *Mulheres de cinzas – século XIX* – distancia-se do da modernização e da independência de Moçambique. O momento histórico ficcionalizado por Mia Couto é caracterizado pelo fato de o território ainda não se constituir como nação no sentido moderno do termo. Imani não pertencia a uma nação moçambicana (no sentido ocidental), mas a nação dos VaChopi; diferente de Germano, oriundo de uma nação já com idioma, território, economia, arte, cultura e política já com mais de cinco séculos de história, contada por via impressa e reconhecida pelos demais países da Europa. Sob a perspectiva histórica do romance, as lutas internas e diferenças culturais entre os moçambicanos fortaleciam ainda mais a influência do colonizador.

De acordo com os estudos de Hobsbawm, a língua nem sempre foi critério para definição da nacionalidade. Na França pós revolução, não era o uso nativo da língua francesa que fazia do cidadão um francês, mas a disposição de adotar a língua francesa atrelada a outros valores como liberdade, leis e características comuns ao povo da França.

Pensar a língua como o único indicador adequado de nacionalidade não se aplica a países africanos como Moçambique, pluriétnico e plurilinguístico. Modernamente, talvez não se aplicaria a

nenhum país. Para os franceses pós-revolução, um dos pré-requisitos para ser aceito como cidadão da França era, além de outros critérios, adotar o idioma.

No que concerne a Moçambique, o nativo deveria adotar o idioma do invasor. Porém, falar a língua nativa era, para os VaChopi que não admitiam render-se à do colonizador, uma questão de pertencimento às raízes culturais e identitárias de seu povo. Falar português era, portanto, deixar de ser africano, como se pode observar no fragmento de um diálogo entre Imani e sua mãe:

— Estou aqui, mãe.

— Você já saiu, filha. Você fala conosco em português, dorme com a cabeça para o poente. E ainda ontem falou da data do seu aniversário. (COUTO, 2015, p. 48).

Língua e identidade

A língua falada cotidianamente ou a que oficialmente se utiliza para fins literários, comerciais ou institucionais não é um artefato natural, mas uma construção cultural que, de acordo com Hobsbawm, resulta de um processo político-ideológico. A imposição do português como língua oficial nos territórios africanos tinha finalidades ideológicas e políticas que envolviam as transações comerciais e a conversão dos nativos ao cristianismo, estando este segundo fator também a serviço do primeiro. Não era parte do projeto português que os africanos fizessem uso literário do idioma, tampouco que este lhes servisse de instrumento de ingresso às escolas fundadas, inicialmente, para atender exclusivamente aos filhos dos portugueses que passaram a se instalar nas colônias.

A literatura impressa em Moçambique teve produção bastante incipiente até os anos vinte do século XX. Contos e poemas foram os gêneros mais praticados no país, assim como em Angola, e com textos de forte apelo oralizante. Essa oralidade está diretamente ligada às tradições dos povos africanos, cuja educação se dava por meio das narrativas dos mais velhos aos mais novos. Era narrando que se ensinava a conhecer a história, as religiões, as regras, era por meio das narrativas orais que o mundo se organizava.

É possível notar, mesmo nos romances publicados pós-independência e com a imprensa já consolidada, a presença da oralidade. Em *Terra sonâmbula* (2008), primeiro romance de Mia Couto, essa oralidade se expressa por meio dos provérbios e contos oriundos da tradição popular que compõem a tessitura da narrativa. Isso tem uma relação com a construção do personagem protagonista Muidinga, que encontra os escritos de Kindzu. Muidinga lê em voz alta para seu companheiro mais velho, Tuhair, as memórias de Kindzu.

Em *Mulheres de Cinzas*, a oralidade não é um recurso que compõe a construção narrativa. Os narradores possuem pleno domínio da língua oficial. O gênero carta utilizado na composição dos capítulos narrados por Germano possui a linguagem escrita como meio de circulação. Além disso, o personagem não se apropria de gêneros da tradição oral para tecer os relatos a seu superior em Portugal.

Mesmo sendo nativa, Imani foi educada num convento por padres portugueses, possibilitando-lhe pleno domínio do idioma. Ela ora se expressa por meio de sua língua materna, ora pela língua oficial, tentando adequar-se às diferentes situações de comunicação e às características de seus interlocutores. Entretanto não conseguia, em alguns momentos, determinar com exatidão em que circunstância utilizar uma ou outra, tornando, às vezes, inútil seu esforço de adequação.

Quando requisitada a falar ao colega de exército de Germano e provocada para que se expressasse em português, Imani se cala: “De repente fiquei muda, varreu-se-me todo o português. E, quando tencionei falar na minha língua natal, enfrentei o vazio. Inesperadamente, não possuía nenhum idioma.” (COUTO, 2015, p. 64). Não possuir idioma para se expressar significava para ela um “não-ser”. A língua, por mais que não fosse o único, talvez nem mesmo o principal elemento de construção de uma identidade, em termos de identificação do sujeito com a nação, era fundamental para o sentimento de pertencimento ao coletivo.

Benedetto Vecchi, em entrevista concedida a Zygmunt Bauman, publicada no livro *Identidade* (2005), atenta para o seguinte fato: “Quando a identidade perde as âncoras sociais que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso” (VECCHI, 2005, p. 30).

A língua pode ser entendida como uma dessas “âncoras” sociais de que fala Vecchi. Dentre outras âncoras, podem-se citar os conceitos de gênero, religião, território; todos herdados inicialmente pelos pais e possivelmente alterados pela interação do sujeito com o mundo. A língua é o principal elemento de comunicação e sem comunicação não há pertencimento, e conseqüentemente a insegurança, ou seja, a falta do “nós”. Assim passa a se sentir a protagonista quando se vê desprovida da capacidade de se comunicar.

O nome da narradora é uma interrogação acerca de sua identidade: “Chamo-me Imani. Este nome que me deram não é um nome. Na minha língua materna ‘Imani’ quer dizer ‘quem

é?””(COUTO, 2015, p. 15). Mais adiante, acrescenta: “Pois foi essa a indagação que me deram como identidade. Como se eu fosse uma sombra sem corpo, a eterna espera de uma resposta.” (COUTO, 2015, p. 15).

Mia Couto expõe, por meio de sua protagonista, uma concepção de identidade como algo em constante construção, resultado de negociações culturais, tendo como consequência um indivíduo sujeito a hibridismos que o impedem de se definir com exatidão. A personagem encontra-se no século XIX, porém sua formação e indagações acerca da identidade são características da concepção de sujeito pós-moderno do filósofo Stuart Hall, ou seja, uma identidade fragmentada.

Germano Melo, porém, mostra-se desde o início como um típico europeu, produto da concepção iluminista de sujeito, unificado, com personalidade construída sob a égide de uma nação colonizadora; mas que também percebe, no decorrer da narrativa, que suas certezas identitárias se fragilizam e são fortemente influenciadas por seu contato com os moçambicanos. Mia Couto faz de um personagem do século XIX o retrato do que viria a ser Portugal quase um século depois. José Ornelas, em *Construção da Identidade e a narrativa contemporânea portuguesa* atenta para o fato de que

Apesar de Portugal ter tido vários encontros com muitas outras culturas ao longo de sua história e, portanto, deve ser visto como uma zona de transição entre culturas, um local de interação cultural, diversas vezes o país ignorou ou minimizou essas experiências de sobreposição (2012, p. 152).

Tal discurso sobre a nação e identidade portuguesas sofreu forte abalo em 1974, quando o país perdeu suas colônias ultramarinas, sendo esse ano considerado por Ornelas um divisor de águas acerca da imagem que Portugal construiu sobre si.

Consoante o pensamento de Ana Mafalda Leite, “A língua oficial tem contribuído, na maioria dos casos, para a realização de uma coesão nacional nestes países pluriétnicos. No que respeita à literatura, ela tem se desenvolvido enquadrada dentro dessa diversidade linguística” (2012, p. 25).

Essa suposta coesão, marca de uma África lusófona pós-independência, não se verifica no contato entre europeus e africanos no presente histórico de *Mulheres de Cinzas*. A língua é motivo de conflito, de fragmentação, de desterritorialização e indagação sobre o “quem sou” na nação e não apenas fator de unificação entre as culturas e indivíduos.

A ideia de pátria/nação, assim como a concepção culturalista de identidade é um processo em construção, aspecto percebido no seguinte excerto do romance:

A italiana está coberta de razão; dentro desta farda não está um soldado. Está um degredado que, apesar de tudo, aceita o encargo de seus deveres. Não tenho, porém, nenhum ensejo de dar a vida por este Portugal mesquinho e envelhecido. Por este Portugal que fez sair de Portugal. A minha pátria é outra e ela está ainda por nascer. (COUTO, 2015, p.36).

É possível verificar na reflexão do personagem a contestação da ideia de que pátria possa ser concebida somente como local de nascença. Assim como a identidade individual, pátria é, para o sujeito, um espaço em construção. Importante notar que a definição de Portugal como uma nação mesquinho e envelhecida denota a visão histórica crítica de Mia Couto acerca do passado do país que colonizou Moçambique. Reflexão pertinente à escrita arguta de um romancista do século XXI, não de um soldado português degredado em Moçambique do século XIX.

Esse fator confere ao romance traços do que Homi Bhabha conceitua como narrativa performativa da nação, opondo-se ao caráter pedagógico predominante. Para o filósofo indo-britânico, o pedagógico, na concepção de povo-nação, pauta-se numa visão histórica originada nos mitos do passado. Para ele, o povo se constrói performativamente na narrativa e no presente enunciativo, inserindo o entre-lugar. Imani e Germano são representações dessa diferenciação não polarizada.

Para Bhabha, “O problema não é simplesmente a individualidade da nação em oposição à alteridade de outras nações. Estamos diante da nação dividida no interior dela própria, articulando a heterogeneidade de sua população” (2013, p.240): “- Finalmente vejo que és africana! Por um momento cheguei a acreditar que eras portuguesa” (COUTO, 2015, p. 159). Essa fala repreensiva de Katini à filha Imani, ao notar que ela dançava ao som da marimba que ele compunha, denota que a personagem, na visão da família, era uma estrangeira não apenas pelo idioma luso que dominava, mas também por uma linguagem não verbal que lhe entranhara a cultura.

Sobre o irmão Mwanatu, depois que este enterrou sua espingarda a pedido da mãe quando estava viva, reflete Imani: “Ele tinha muitas pessoas brigando dentro dele: um cabo e um kabweni, um negro e um branco, um cristão e um pagão. Como tornar-se uma só criatura?” (COUTO, 2015, p. 294).

Além das diversidades resultantes da multiplicidade que marcava os diferentes povos, os moçambicanos tiveram de lidar com signos que os destituíam, às vezes, da condição de africanos, sem conferir-lhes tampouco uma identidade portuguesa.

Considerações finais

A língua como determinante da identidade nacional do sujeito é um dos temas recorrentes em literaturas de países que viveram a experiência colonial. Na literatura brasileira do início do século XX, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), Lima Barreto questionava, por meio do personagem protagonista, a razão pela qual o tupi, língua dos povos nativos do Brasil, não era a língua oficial. Quaresma, em vários momentos mistura o português à língua indígena para se comunicar com parentes e amigos, fator que provocava estranhamento e rejeição de quem o escutava. No romance *Americanah* (2013), a escritora Chimamanda Ngozi Adichie retrata as dificuldades dos negros nigerianos em condições de imigração nos EUA, tentando adequar o inglês da Nigéria ao sotaque estadunidense.

Lusofonia é um conceito que carrega na composição do próprio signo verbal radicais que remetem à cultura portuguesa como hegemônica, ignorando as idiossincrasias idiomáticas das diversas nações que compõem o chamado espaço lusófono. O padrão linguístico escrito nas ex-colônias ainda reflete bastante o modelo português, excluindo dos círculos acadêmicos e literários aqueles que não o dominam, desconsiderando o reconhecimento das variantes linguísticas como realidade do falante e de muitos textos literários. Apesar disso é notória, nas literaturas produzidas nos países africanos colonizados por Portugal, a mistura de palavras e expressões nativas ao português oficial.

As areias do imperador: mulheres de cinzas pode ser lido não apenas como um romance histórico conforme anunciado pelo próprio autor, mas como uma reflexão sobre o papel da língua na constituição da identidade dos sujeitos em territórios onde os idiomas maternos tiveram de ceder espaço à língua imposta pelo colonizador, que não se manteve incólume perante os novos contatos possibilitados pelo convívio colonial. O conflito não é resultado da dificuldade de entendimento do idioma estrangeiro, mas da ideia de que a perda do direito de se expressar na língua da nação onde se nasceu e cresceu implica a rasura de parte da história pessoal e coletiva.

Imani e Germano são exemplos de sujeitos que, apesar de falarem o mesmo idioma, se deparam com a difícil tarefa de se entenderem e superarem as dificuldades e imposições ideológicas que a cultura colonial sujeitou a ambos. Constata-se, no romance, que falar o idioma europeu e habitar um território que era extensão do império não concedia ao africano direitos de cidadão português. Porém, o português que se deixasse afetar pelas características dos considerados subalternos era acusado de traidor da pátria. O romance reafirma o que grande parte da crítica pós-

colonial tem denunciado: a colonização nunca se propôs de fato a um contato civilizatório entre os povos. A exploração e a subjugação sempre foram o único projeto.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

COUTO, Mia. *As areias do imperador: mulheres de cinzas*. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 6. ed. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

LEITE, Ana Mafalda. *Oralidade e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

ORNELAS, José N. Construção da identidade e a narrativa contemporânea portuguesa. In: RITZEL, Maria Luiza (Org.). *Transversais da memória: história e identidade na literatura portuguesa*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2012, p.151-174.

NATIONALISM AND IDENTIARY HIBRIDISMS IN THE HISTORIC NOVEL *AREIAS*

DO IMPERADOR: MULHERES DE CINZAS BY MIA COUTO

Abstract: *Mulheres de Cinzas* (2015), the first book in the Mia Couto *Areias do imperador* trilogy, is a novel narrated from the perspective of a young Mozambican woman and a Portuguese soldier alternately. It is a historical novel about the period when southern Mozambique was ruled by Ngungunyane, the last emperor of the Gaza state who, at the end of the nineteenth century, threatened colonial rule. This article is the result of a study of the work, with the purpose of investigating the role of language as the construction of individual and collective identity in a society in conflict between colonized and colonizers, and hybridity between both as a mark of colonial experience. It begins with Erick Hobsbawm's historical studies of nation, language, and nationalism, beginning in 1780, to understand how most Western countries constructed these concepts. Next, the novel is analyzed as a performative narrative about the nation, considering its context of production (postcolonial Mozambique), understanding the term "performative" in the sense conceived by Homi Bhabha and his reflections on identity. In this context, language is perceived not only as an element of communication but also as a conflict in the Lusophone space.

Keywords: Mozambican Literature; Lusophony; Post colonialism.